

A “MARCHA PARA OESTE” DO ESTADO NOVO (1937-45) E A INFLUÊNCIA DE FREDERICK JACKSON TURNER

THE “MARCH TO THE WEST” OF ESTADO NOVO (1937-45) AND THE INFLUENCE OF FREDERICK JACKSON TURNER

Lucas de Oliveira Klever¹

O Estado Novo, decretado em 10 de novembro de 1937, se constituiu como um Estado forte, comandado por um líder carismático, com facilidade no apelo às massas. A centralização imposta pelo regime, junto à supressão de direitos, eram parte de características específicas de regimes do período, como o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal, o fascismo na Itália e o franquismo na Espanha. Tal aproximação com estas características, aparecem na crítica à democracia liberal e a decretação do Estado autoritário (GOMES, 1996).

A reforma política foi conduzida sob a liderança de Getúlio Vargas, o grande articulador e líder das massas. O apoio do Exército² foi essencial para a decretação do Estado Novo e o povo foi comunicado de todo o processo pelo rádio, um dos principais meios de comunicação da época. A proposta do governo era inovadora com o papel do líder; entretanto, principalmente com a apresentação de uma identidade nacional coletiva e o fim dos regionalismos. Azevedo Amaral³ definiu o regime como uma “necessidade” e “inevitabilidade”, que viria adequar as instituições frente à realidade do país (CAPELATO, 2003, p. 110).

O papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, foi essencial para exaltar os projetos do governo, além de evitar a concorrência das diversas influências externas/internas à construção de uma identidade nacional. O seu principal objetivo era coordenar e fiscalizar a propaganda em todos âmbitos: rádio, revistas, jornais, inclusive no campo da educação e nos sindicatos. Através destes meios, propagavam-se os valores ideológicos do regime, reforçando a exposição de projetos de governo, preocupações e discursos dos governantes, artistas e intelectuais (GOMES, 1996).

¹ Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com bolsa CAPES. E-mail: lucas.klever@acad.pucrs.br - “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

² Generais Góis Monteiro, Daltro Filho, Eurico Gaspar Dutra (nomeado Ministro da Guerra em 1936), apoiaram o golpe.

³ Foi um dos ideólogos mais importantes do Estado Novo, vindo a falecer em 1942.

Em 1941, o governo lança uma revista oficial do regime, intitulada de *Cultura Política*, com o objetivo de atingir o público mais letrado do país. Isso se deve ao seu caráter fortemente teórico, quando comparado à revista *Ciência Política*, também lançada naquele ano. Ambas revistas foram publicadas entre 1941 e 1945, sendo vendidas nas principais bancas de revistas de São Paulo e Rio de Janeiro. O diretor da revista *Cultura Política* foi Almir de Andrade, indicado por Getúlio Vargas. Assim, fica claro que: “as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política* são exemplos significativos do arcabouço doutrinário do regime [...]” (OLIVEIRA, 1982, p. 11)

A Marcha para Oeste, na sua história, foi lançada na Rádio Nacional no dia 31 de dezembro de 1937, tendo seus objetivos voltados para a interiorização do país, e mais tarde presente nos estudos de diversos intelectuais ao longo de vários exemplares da revista *Cultura Política* (1941-45). O Estado Novo tinha sido decretado em 10 de novembro de 1937, ou seja, vivíamos um novo projeto nacional, que pretendia criar um sentimento de nacionalidade através da geopolítica, da ênfase no território nacional e nas suas riquezas. Aqui, entra a importância da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938, responsável junto aos Conselhos de Geografia, Cartografia, Estatística, pela coleta de dados (OLIVEIRA, 2008; GOMES, 2002). O país tinha um vazio territorial na sua hinterlândia desde os tempos coloniais, quando o objetivo era apenas ocupar o litoral, facilitando assim o escoamento das riquezas da colônia. O interior do país permanecia como um difícil caminho, desconhecido e inseguro.

O Brasil Republicano e, especialmente, o Estado Novo tinha o objetivo de ser o período da “marcha para Oeste” e da conquista das “fronteiras internas”, não apenas no aspecto geográfico, mas no povoamento da região, proporcionando condições econômicas, sociais para o homem povoar o interior do país, símbolo da verdadeira “brasilidade”, na opinião dos intelectuais do período. Para isso, é necessário trabalharmos com o conceito de “fronteira”. A noção de fronteira apropriada do livro de Frederick Jackson Turner, denominado de “*The Frontier in American History*”, de 1893, foi utilizada pelo Estado Novo para justificar o projeto da “Marcha para Oeste”. Segundo Andrade (2010), a obra de Turner teve grande influência no pensamento ocidental. Getúlio Vargas, assim como intelectuais do regime, tal como Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré, entre outros, incorporaram o discurso de conquista da Amazônia e do interior.

Estes espaços vazios a serem conquistados no interior do país eram o símbolo do progresso, civilização. Assim como afirma Cronon (1996 apud ANDRADE, 2010), ocorria a vitória da civilização (brancos) contra a barbárie (índios), ou seja, todo aquele território abandonado do

interior do país passava pelo processo civilizatório, em uma clara alusão ao pensamento de Frederick Turner. Esta apropriação também foi notada por María Verónica Secreto (2007, p. 18), ao afirmar que Cassiano Ricardo ficou conhecido como “um Turner autoritário”, com seu caráter americanista, no qual o Leste seria voltado para a Europa e o Oeste era o verdadeiro sentido de ser brasileiro.

Segundo os estudos de Frederick Turner, os Estados Unidos de 1880 eram um país com uma grande quantidade de “corpos isolados”, ou seja, grandes áreas desocupadas que impossibilitavam a demarcação de uma fronteira. Para Turner, o caráter excepcional da existência das “terras livres” (*free lands*), no Oeste, foi o motor da democracia norte-americana e do caráter nacional (ÁVILA, 2006). O homem que adentrava a selvageria da fronteira, na opinião de Turner, aos poucos também a transformava, não como produto da antiga Europa ou das raízes germânicas; entretanto, um novo homem americano surgia, produto do Oeste. Nas palavras de Turner: “Thus the advance of the frontier has meant a steady movement away from the influence of Europe, a steady growth of independence on American lines” (TURNER, 1920, p. 1). Ou seja, o avanço da fronteira em direção ao Oeste era um afastamento da influência Europeia e um marco da independência Americana (LIMA, 1999, p. 42).

No caso brasileiro, também existiriam “terras livres” no interior do país, abandonadas desde o período da colonização. Entretanto, Artur Hehl Neiva⁴, em 1942, afirma que a questão do povoamento no Brasil era um caso único, tanto devido aos desafios físicos, climáticos, quanto pela questão da miscigenação e do ambiente considerado o contrário de ótimo pelos europeus para imigração. Dessa forma, para o autor, comparar o Brasil com os Estados Unidos, seria um grande erro, devido aos diferentes e únicos obstáculos aqui encontrados desde o período da colonização, que tornaram os problemas cada vez mais complexos, exigindo um maior esforço e engenho do que nestes outros países. Da mesma forma que, no caso brasileiro, o homem não rumava ao interior do país em busca de independência de Portugal ou do governo autoritário de Getúlio Vargas.

Já no caso norte-americano, o avanço ao Oeste não era um esforço em prol de uma política nacionalizadora, mesmo que, na opinião de Turner, o caráter americano e nacional nascesse desta aventura, como podemos observar no seguinte trecho: “The growth of nationalism and the Evolution of American political institutions were dependent on the advance of the frontier”

⁴ Membro do Conselho de Imigração e Colonização; Diretor Geral do expediente e Contabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal.

(TURNER, 1920, p. 11). A atração irresistível de riquezas naturais e principalmente das “terras livres”, trouxeram os pioneiros que fundaram as suas fazendas no meio destas condições primitivas no interior do país. Além das barreiras naturais, os indígenas foram uma resistência ao avanço da fronteira que, aos poucos, foi “apagada à força” pelo colonizador. O litoral com seu caráter europeu e inglês (leste), segundo Turner, tentou conter o avanço e a migração ao Oeste, numa falha tentativa de manter a dependência do país aos domínios ingleses. O presidente da República, Getúlio Vargas, afirmava justamente o contrário, que no Brasil o verdadeiro sentido da brasilidade estava no interior do país, ou seja, justificando a sua política nacionalizadora. Entretanto, também utilizava junto aos diversos intelectuais da revista *Cultura Política*, o argumento de que o “Oeste” guardava as nossas riquezas esquecidas desde o período colonial.

É possível concluir que a diferença entre o caso dos Estados Unidos e do Brasil na expansão da fronteira foi um ponto claro, com contextos completamente distintos e que no caso brasileiro, não era uma forma de conseguir maior autonomia em relação à metrópole, como no caso dos EUA, e sim, uma forma de obter riquezas e afirmar a política nacionalizadora do Estado Novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Bol. Mus. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-68, maio-ago., 2010.

AVILA, Arthur Lima de. *E da fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis* de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-45.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

NEIVA, Artur Hehl; VARGAS, Getúlio Dornelles. A imigração e a colonização no governo Vargas. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 217, nov. 1942.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Apresentação. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 7-12.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. *Política & Sociedade*, Santa Catarina, n. 12, p. 13-21, abr. 2008.

SECRETO, Maria Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 115-35, jul.-dez. 2007.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: H. Holt, 1928.

VARGAS, Getúlio Dornelles. A imigração e a colonização no governo Vargas. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p. 231, nov. 1942.